



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 5/2026 - CCBAGR-POS/CE-POS/GE-POS/CMPPPOS/IFGOIANO

ANEXO III - ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 17 dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 18 horas e 15 minutos, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos docentes Elson Barbosada Silva Júnior (Orientador), Maiza Gabrielle Ribeiro Pereira (Membro) e Silvana Leao de Sa (Membro), com a finalidade de examinar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**INCLUSÃO QUE PERMANECE: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O DIREITO AO ÊXITO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**”, de autoria das estudantes **Danilla Silva Ribeiro** e **Vanessa Azevedo de Oliveira**, regularmente matriculado(s) no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência em Educação Profissional e Tecnológica – EPT, do Instituto Federal Goiano (IF Goiano). Concedida a palavra ao(à) estudante(s), foi realizada a apresentação oral do TCC, seguida da arguição pelos membros da Banca Examinadora. Após as considerações e deliberações, a Banca decidiu pela **APROVAÇÃO** das estudantes, com nota 91. Encerrada a sessão pública de defesa, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Orientador/Presidente da Banca

Elson Barbosa da Silva Júnior

Membro- Maiza Gabrielle Ribeiro Pereira

Membro- Silvana Leao de Sa

Documento assinado eletronicamente por:

- **Elson Barbosa da Silva Junior, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 17/03/2026 19:15:02.
- **Silvana Leao de Sa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 17/03/2026 19:18:06.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 17/03/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 801122

Código de Autenticação: 36605each7



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Posse

Rodovia GO - 453 km 2,5, Fazenda Vereda do Canto, SN, Distrito Agroindustrial, POSSE / GO, CEP 73900-000

(62) 9390-5391, (62) 3605-3698



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INCLUSÃO QUE PERMANECE: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O DIREITO AO ÊXITO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Danilla Silva Ribeiro – 2024200304400038
Instituto Federal Goiano

Vanessa Azevedo de Oliveira – 2024200304400040
Instituto Federal Goiano

Dr. Elson Barbosa da Silva Júnior
Instituto Federal Goiano

RESUMO: A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desempenha um papel fundamental no Brasil ao unir o aprendizado geral à qualificação técnica, abrindo portas para a inclusão social e o mercado de trabalho. No entanto, para estudantes com necessidades especiais, o desafio vai além do ingresso: a matrícula, por si só, não assegura que eles consigam permanecer e concluir seus cursos. Este trabalho analisa como as práticas educativas inclusivas são essenciais para garantir que esses alunos não apenas entrem, mas se sintam acolhidos e capazes de finalizar sua formação. A pesquisa utiliza uma abordagem mista qualitativa e quantitativa baseada em revisão bibliográfica e dados do IBGE e INEP. Os resultados sugerem que adaptações no currículo, tecnologias assistivas e o suporte dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs) são os pilares dessa permanência. Conclui-se que o sucesso escolar não deve ser visto como um esforço isolado do aluno, mas como o fruto de uma instituição comprometida com a equidade e o direito humano de aprender.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Educação Profissional e Tecnológica; Permanência escolar; Estudantes com deficiência.

ABSTRACT: Vocational and Technological Education (VTE) plays a fundamental role in Brazil by combining general education with technical training, opening pathways to social inclusion and the labor market. However, for students with special needs, the challenge goes beyond access: enrollment alone does not ensure that they will be able to remain in and complete their courses. This study analyzes how inclusive educational practices are essential to ensure that these students not only gain entry but also feel welcomed and capable of completing their education. The research adopts a mixed qualitative and quantitative approach, based on a literature review and data from IBGE and INEP. The results suggest that curriculum adaptations, assistive technologies, and the support provided by the Centers for Assistance to People with Specific Needs (NAPNEs) are key pillars for student retention. It is concluded that academic success should not be seen as an individual effort by the student, but



rather as the outcome of an institution committed to equity and the human right to learn.

Keywords: Inclusive education; Professional and Technological Education; School retention; Students with disabilities.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva deixou de ser apenas uma meta para se tornar o alicerce das políticas educacionais no Brasil. Desde a Constituição de 1988, o país vem trilhando um caminho para garantir que todos tenham direito à sala de aula. Nesse cenário, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ganha um brilho especial: ela não apenas ensina, mas prepara o jovem e o adulto para a vida produtiva, combatendo a exclusão econômica.

A educação inclusiva no Brasil constitui-se como um princípio fundamental orientado pela garantia do direito à educação para todos, sem discriminação, assegurando o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas escolas comuns. Esse modelo rompe com práticas históricas de exclusão e segregação, substituindo a lógica assistencialista por uma perspectiva de direitos humanos, equidade e valorização da diversidade.

No contexto brasileiro, a materialização da educação inclusiva ocorre por meio de um conjunto de marcos legais e políticas públicas, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Esses dispositivos estabelecem que o atendimento educacional deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, com oferta de recursos, serviços e estratégias pedagógicas que garantam a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

Entre as principais formas de concretização desse modelo estão a adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas, a formação continuada



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

de professores, a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e pedagógicas, além da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como serviço complementar ou suplementar à escolarização. Dessa maneira, a educação inclusiva deixa de ser apenas um princípio normativo e passa a configurar uma prática pedagógica efetiva no cotidiano escolar.

Nas redes estaduais e municipais de ensino, é comum a presença estruturada do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em salas de recursos multifuncionais, bem como a atuação do professor de apoio ou profissional de mediação escolar para acompanhamento direto do estudante em sala comum. Esses serviços estão previstos nas políticas públicas de Educação Especial e fazem parte da organização pedagógica de grande parte das escolas da educação básica.

Entretanto, na Rede de Educação Profissional e Tecnológica, essa estrutura não se reproduz da mesma forma. Em mais de 90% das instituições da EPT, não há oferta sistemática de AEE nos moldes da educação básica, tampouco a presença contínua de professor de apoio em sala de aula. O suporte ao estudante ocorre, predominantemente, por meio dos NAPNEs, adaptações pedagógicas realizadas pelos próprios docentes e ações institucionais de acessibilidade. (ZERBATO; VILARONGA; SANTOS, 2021). Apenas, os IFs Baiano e do Rio Grande do Sul contam com o AEE na atualidade.

Essa diferença evidencia que a inclusão na EPT assume um caráter mais institucional e menos individualizado, exigindo reorganização curricular, flexibilização metodológica e corresponsabilidade de toda a comunidade acadêmica. Ao mesmo tempo, revela a necessidade de ampliação de políticas públicas específicas para garantir condições equivalentes de permanência e aprendizagem aos estudantes públicos-alvo da Educação Especial nesse nível de ensino.

Porém, a realidade nos mostra um "gap" preocupante. Ter a vaga garantida não significa ter as condições para seguir no curso. Para estudantes com deficiência, barreiras invisíveis pedagógicas e estruturais muitas vezes

levam à desistência. O presente estudo tem como objetivo geral analisar a transformação em um ambiente escolar que sustenta a trajetória do aluno.

O trabalho tem como problema de pesquisa a análise de como as práticas educativas inclusivas contribuem para garantir a permanência e o êxito de estudantes com necessidades especiais na Educação Profissional e Tecnológica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Educação inclusiva e direito à educação

A educação inclusiva, compreendida contemporaneamente como um princípio estruturante dos sistemas educacionais, fundamenta-se no reconhecimento da diversidade humana e na necessidade de eliminação das barreiras que limitam a participação plena dos estudantes. No Brasil, esse paradigma mantém-se ancorado em marcos legais consolidados, mas vem sendo reinterpretado à luz de produções recentes que enfatizam a inclusão como um processo dinâmico, sistêmico e orientado pela equidade. Estudos atuais indicam que a efetivação desse direito ainda enfrenta entraves significativos, sobretudo quando se observa a permanência de desigualdades educacionais entre pessoas com e sem deficiência, evidenciando a distância entre a normatização e a materialização das políticas públicas.

Nesse cenário, dados recentes do IBGE (2022) reforçam que as disparidades educacionais persistem ao longo da trajetória escolar, com impactos mais acentuados nas etapas finais da educação básica. Tais evidências dialogam com análises contemporâneas no campo da Educação Inclusiva, que apontam a necessidade de superar abordagens centradas exclusivamente no acesso, avançando para políticas que garantam condições efetivas de permanência e aprendizagem com qualidade.

No âmbito pedagógico, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) tem se consolidado, nos últimos anos, como um dos principais



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

referenciais teórico-metodológicos para a promoção da inclusão. Atualizações recentes propostas pelo CAST (2018, revisadas em 2022) reforçam a importância de currículos flexíveis, capazes de contemplar múltiplas formas de engajamento, representação e expressão. Pesquisas recentes indicam que a adoção do DUA contribui não apenas para o atendimento de estudantes com deficiência, mas para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem como um todo, ao reconhecer a variabilidade como característica inerente ao processo educativo e não como exceção a ser corrigida.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), os desafios da inclusão assumem contornos específicos, relacionados à natureza prática e técnica dos cursos e às exigências do mundo do trabalho. Estudos recentes apontam que, apesar da ampliação do acesso promovida pela Rede Federal, persistem obstáculos institucionais e pedagógicos que impactam a permanência e o êxito dos estudantes com necessidades específicas. Nesse sentido, a atuação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs) tem sido destacada como elemento central na mediação das políticas inclusivas no interior das instituições.

Os NAPNEs vêm sendo analisados, na produção acadêmica recente, como espaços de articulação entre gestão, docentes e estudantes, desempenhando funções que vão desde o acompanhamento individualizado até a promoção de ações formativas e a implementação de recursos de acessibilidade. Essa atuação dialoga com diretrizes contemporâneas de inclusão, que enfatizam a necessidade de transformação institucional e não apenas de adaptações pontuais. Além disso, programas como o TECNEP têm sido revisitados à luz de novas demandas, destacando a importância de políticas integradas que articulem educação, tecnologia e inclusão social.

Paralelamente, o INEP tem ampliado a produção de dados sobre a EPT, evidenciando o crescimento das matrículas, especialmente no ensino médio integrado. No entanto, estudos recentes apontam limitações importantes na disponibilidade de dados desagregados por tipo de deficiência e na ausência de indicadores sistemáticos sobre permanência e evasão desse público. Essa



lacuna compromete a formulação de políticas mais precisas e reforça a necessidade de aprimoramento dos sistemas de informação educacional.

Dessa forma, a consolidação de uma EPT inclusiva, à luz das produções dos últimos anos, exige a articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas inovadoras e dispositivos institucionais de apoio. A incorporação de referenciais como o DUA, aliada ao fortalecimento dos NAPNEs e à qualificação das bases de dados educacionais, configura-se como estratégia fundamental para a construção de trajetórias escolares mais equitativas. Trata-se, portanto, de avançar de uma inclusão formal para uma inclusão substantiva, capaz de garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso educacional de todos os estudantes.

2.2. Permanência escolar de estudantes com necessidades especiais

A permanência escolar pode ser compreendida como a continuidade do estudante no percurso formativo até a conclusão do curso, em condições de aprendizagem significativas. Santos (2009) destaca que a permanência envolve dimensões materiais e simbólicas. A permanência material refere-se às condições objetivas, como transporte, alimentação, recursos financeiros e acessibilidade física. Já a permanência simbólica relaciona-se ao sentimento de pertencimento, ao reconhecimento da identidade do estudante e à qualidade das relações pedagógicas.

No caso dos estudantes com necessidades especiais, a literatura aponta que a evasão está fortemente associada a barreiras institucionais e pedagógicas, e não às limitações individuais. A ausência de adaptações curriculares, de recursos de tecnologia assistiva, de apoio especializado e de formação docente adequada é fator recorrente associado à não permanência (GLAT; PLETSCH, 2011).

Dados do IBGE (2022) evidenciam que as pessoas com deficiência apresentam menor escolarização média em comparação à população sem deficiência, o que reforça a necessidade de políticas educacionais inclusivas voltadas não apenas ao acesso, mas à permanência e ao êxito.



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022 indicam que aproximadamente 18,6 milhões de brasileiros com dois anos de idade ou mais apresentam algum tipo de deficiência, o que corresponde a cerca de 8,9% da população nessa faixa etária. As estatísticas também evidenciam desigualdades significativas no acesso e na permanência no sistema educacional. No terceiro trimestre de 2022, a taxa de analfabetismo entre pessoas com deficiência atingia 19,5%, percentual consideravelmente superior ao observado entre pessoas sem deficiência, que era de 4,1%. No que se refere à escolarização, apenas 25,6% das pessoas com deficiência haviam concluído, no mínimo, o Ensino Médio, enquanto entre aquelas sem deficiência esse índice alcançava 57,3%. Esses dados revelam a persistência de barreiras educacionais que impactam diretamente a trajetória escolar desse público.

Na prática, a atuação do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) pode ser observada em ações como a transcrição de materiais para Braille em cursos de informática e a adaptação de bancadas de laboratório de química para estudantes usuários de cadeira de rodas, assegurando, simultaneamente, a acessibilidade física e pedagógica. Para além dessas iniciativas, o núcleo desenvolve um conjunto articulado de práticas que envolvem a adaptação de atividades e avaliações, a produção de materiais didáticos acessíveis e a mediação junto aos docentes para a flexibilização de estratégias de ensino. Também oferece apoio especializado por meio do acompanhamento individualizado, da disponibilização de intérpretes de Libras e da orientação quanto ao uso de tecnologias assistivas. Ademais, participa da identificação e proposição de melhorias na infraestrutura dos campi, promovendo condições adequadas de circulação e uso dos espaços. Soma-se a isso a realização de ações formativas e de sensibilização da comunidade acadêmica, bem como a articulação com diferentes setores institucionais para o acompanhamento do percurso dos estudantes. Dessa forma, o NAPNE contribui de maneira significativa para a permanência, o êxito e a inclusão efetiva no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

2.3. Práticas educativas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), diversas práticas educativas inclusivas vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de garantir não apenas o acesso, mas principalmente a permanência e o êxito dos estudantes com deficiência. Essa perspectiva encontra respaldo na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que assegura o direito à educação em igualdade de condições, bem como na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orienta os sistemas de ensino para a eliminação de barreiras e a garantia de acessibilidade.

Entre as práticas mais recorrentes na EPT, destacam-se as adaptações curriculares em cursos técnicos e no ensino médio integrado, envolvendo reorganização de conteúdos, flexibilização do tempo pedagógico e adequação de estratégias de ensino. Tais medidas dialogam com a concepção de educação inclusiva defendida por Maria Teresa Eglér Mantoan (2003), ao afirmar que a inclusão não implica redução de exigências acadêmicas, mas transformação das práticas pedagógicas para atender à diversidade.

A flexibilização dos processos avaliativos também se configura como estratégia consolidada, permitindo que os estudantes demonstrem suas aprendizagens por diferentes meios — como avaliações orais, portfólios, atividades práticas ou recursos digitais. Essa abordagem está alinhada à concepção de avaliação formativa discutida por Philippe Perrenoud (1999), que defende a avaliação como instrumento de regulação da aprendizagem e não apenas de mensuração padronizada de resultados.

O uso de tecnologias assistivas constitui outro eixo fundamental na EPT, especialmente em cursos com atividades práticas e laboratoriais. A UNESCO (2017) destaca que recursos como softwares leitores de tela, intérpretes de Libras, materiais acessíveis e adaptações físicas ampliam a participação e promovem equidade educacional. No contexto brasileiro, essas práticas também encontram respaldo nas diretrizes da Secretaria de Educação



Profissional e Tecnológica, que orientam a Rede Federal quanto à promoção da acessibilidade.

As metodologias ativas, quando orientadas por uma perspectiva inclusiva, fortalecem o protagonismo discente e a aprendizagem colaborativa. Autores como José Moran (2015) defendem que estratégias como aprendizagem baseada em problemas e projetos integradores favorecem o engajamento e a construção significativa do conhecimento, permitindo que estudantes com diferentes perfis participem ativamente do processo formativo.

O acompanhamento pedagógico individualizado também se mostra relevante para a prevenção da evasão e para o fortalecimento do vínculo institucional. Conforme apontam estudos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, políticas de permanência e êxito estão diretamente relacionadas ao suporte pedagógico contínuo, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade ou com deficiência.

No âmbito institucional, destaca-se a atuação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs), regulamentados na Rede Federal pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Esses núcleos promovem acolhimento, orientação docente, mediação de demandas de acessibilidade e ações de sensibilização, contribuindo para a construção de uma cultura organizacional inclusiva.

Por fim, a formação continuada de docentes e técnicos administrativos configura-se como elemento estruturante para a consolidação da inclusão na EPT. A própria UNESCO ressalta que a qualificação permanente dos profissionais é condição indispensável para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e sustentáveis, impactando diretamente a permanência e o êxito escolar.

2.4. Abandono e permanência escolar: contribuições de estudos recentes

Pesquisas desenvolvidas no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica têm evidenciado que o abandono escolar configura-se como um fenômeno multifatorial, resultante da interação entre



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

aspectos pedagógicos, socioeconômicos, institucionais e subjetivos. O estudo realizado por Zanin e Garcia (2023), no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), demonstra que a evasão não pode ser atribuída exclusivamente às características individuais dos estudantes, mas deve ser compreendida a partir das condições objetivas e simbólicas oferecidas pela instituição ao longo da trajetória formativa.

Entre os fatores que favorecem a permanência escolar, destacam-se o acolhimento institucional desde o ingresso do estudante, a identificação com o curso e com a área profissional escolhida, a participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como o estabelecimento de relações pedagógicas pautadas no diálogo, no respeito às diferenças e no reconhecimento das singularidades dos estudantes. Tais elementos contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e para a construção de vínculos com a instituição, aspectos fundamentais para a continuidade dos estudos.

No caso específico dos estudantes com deficiência, os autores ressaltam a importância das práticas educativas inclusivas, tais como a adaptação de metodologias e avaliações, a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, o acompanhamento pedagógico sistemático e a atuação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs). Essas ações, quando articuladas de forma integrada, reduzem barreiras pedagógicas e atitudinais, promovendo condições mais equitativas de participação e aprendizagem.

Além disso, o estudo aponta que a formação continuada dos docentes e demais profissionais da educação constitui elemento central para o enfrentamento do abandono escolar, uma vez que professores mais preparados para lidar com a diversidade tendem a desenvolver práticas pedagógicas mais flexíveis e inclusivas. A gestão institucional também exerce papel decisivo, ao fomentar políticas de permanência, ações de escuta ativa e mecanismos de acompanhamento das trajetórias estudantis.

Dessa forma, as contribuições de estudos recentes reforçam a

compreensão de que a permanência escolar deve ser entendida como responsabilidade coletiva e institucional, exigindo a articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas inclusivas e ações de gestão comprometidas com a equidade e com o direito à educação. No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, essa perspectiva revela-se ainda mais relevante, considerando o compromisso social da Rede Federal com a inclusão e a formação integral dos estudantes.

3. METODOLOGIA

A pesquisa configura-se como de abordagem mista, combinando estratégias qualitativas e quantitativas, por entender que a permanência de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) demanda tanto a análise de indicadores objetivos quanto a interpretação de aspectos sociais, pedagógicos e institucionais. Trata-se, ainda, de um estudo de caráter exploratório e descritivo, na medida em que busca aprofundar a compreensão de um fenômeno ainda pouco sistematizado na literatura e descrever suas principais características no contexto brasileiro.

No eixo qualitativo, foi realizada uma revisão bibliográfica sistematizada, contemplando produções acadêmicas publicadas preferencialmente nos últimos cinco anos (recorte temporal de 2019 a 2024), de modo a garantir a atualidade do debate. As buscas ocorreram em bases como Google Scholar, SciELO e periódicos da CAPES, utilizando descritores como: *educação inclusiva*, *Educação Profissional e Tecnológica*, *estudantes com deficiência*, *permanência escolar*, *evasão*, *êxito acadêmico* e *acessibilidade educacional*. Como critérios de inclusão, foram considerados artigos, dissertações e teses que abordassem diretamente a inclusão na EPT ou em contextos educacionais correlatos. Foram excluídos trabalhos duplicados, produções sem revisão por pares (quando aplicável) e estudos que não dialogassem com o foco da permanência escolar.

Ainda no âmbito qualitativo, realizou-se uma análise documental de legislações e políticas públicas que estruturam o campo da educação inclusiva



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

no Brasil. Foram examinados documentos normativos de abrangência nacional e institucional, incluindo marcos legais da educação e da inclusão, além de diretrizes específicas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Essa etapa teve como finalidade compreender o arcabouço legal e político que orienta as práticas inclusivas e as ações de permanência.

No eixo quantitativo, a pesquisa utilizou dados secundários de bases oficiais. Do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram analisadas informações do Censo Demográfico 2022, especialmente os microdados e tabelas relacionadas à população com deficiência, níveis de escolarização e frequência escolar. Esses dados possibilitaram identificar o perfil educacional desse público em âmbito nacional.

Já no caso do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), foram utilizados dados do Censo Escolar da Educação Básica, com foco nas matrículas da Educação Profissional e Tecnológica, incluindo informações sobre estudantes público-alvo da educação especial. Também foram considerados relatórios estatísticos e sinopses educacionais disponibilizadas pelo órgão, que permitem analisar indicadores de acesso, permanência e possíveis desigualdades educacionais.

A análise dos dados quantitativos foi realizada de forma descritiva, com organização e interpretação de indicadores relevantes, enquanto os dados qualitativos foram examinados por meio de análise interpretativa, buscando articulação entre os referenciais teóricos e os achados empíricos. Essa integração permitiu compreender de maneira mais ampla como as políticas, práticas pedagógicas e condições institucionais influenciam a permanência dos estudantes com deficiência na EPT.

Por fim, destaca-se que esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar a temática, mas contribuir para o avanço das discussões acadêmicas e para o fortalecimento de práticas institucionais mais inclusivas, oferecendo subsídios para futuras investigações e para a formulação de políticas educacionais mais equitativas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados do IBGE evidenciam que as pessoas com deficiência apresentam, historicamente, menores níveis de escolarização quando comparadas à população sem deficiência, especialmente nas etapas finais da educação básica. Tal realidade impacta diretamente o acesso e a permanência na Educação Profissional e Tecnológica, que exige, em muitos casos, a conclusão do ensino médio.

No âmbito da EPT, os dados do INEP indicam crescimento progressivo das matrículas de estudantes com deficiência nos últimos anos, sobretudo após a consolidação das políticas de educação inclusiva e da expansão da Rede Federal (figura 1).

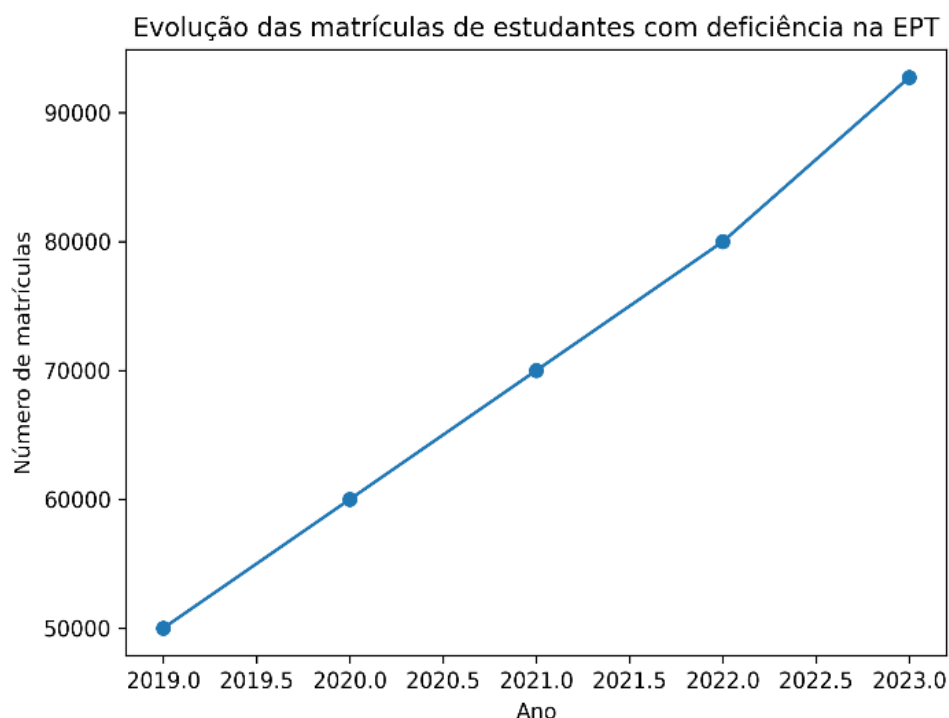


Figura 1 – Evolução das matrículas de estudantes com deficiência na EPT (2019–2023).

Fonte: INEP (2019–2023).

Os dados analisados apontam que a permanência dos estudantes com deficiência está diretamente relacionada à existência de práticas educativas inclusivas institucionalizadas. Destacam-se, nesse contexto, a atuação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs), o acompanhamento pedagógico individualizado, a flexibilização curricular e o uso de tecnologias assistivas.

Os dados apresentados (Figura 2) evidenciam que os fatores pedagógicos se destacam como os principais elementos associados à permanência de estudantes com deficiência, representando aproximadamente 45% das menções. Esse percentual superior indica que práticas pedagógicas inclusivas — como adaptações curriculares, metodologias ativas, flexibilização de avaliações e uso de recursos de acessibilidade — exercem impacto direto na trajetória escolar desses estudantes. Em seguida, aparecem os fatores institucionais, com cerca de 30%, demonstrando que o apoio da gestão, a existência de políticas internas de inclusão, a formação continuada dos docentes e a oferta de Atendimento Educacional Especializado também desempenham papel significativo na redução do abandono. Por fim, os fatores socioeconômicos, que correspondem a aproximadamente 25%, revelam que, embora as condições externas — como renda familiar, transporte e acesso a serviços públicos — influenciem a permanência, elas aparecem com menor peso quando comparadas às dimensões pedagógica e institucional.

Esses resultados reforçam que a permanência escolar é um fenômeno multifatorial, mas apontam para a centralidade da prática pedagógica como eixo estruturante do processo inclusivo. Ao promover o sentimento de pertencimento, valorizar as singularidades e fortalecer vínculos entre estudantes e instituição, a escola amplia as possibilidades de sucesso acadêmico e reduz os índices de evasão. Assim, os dados do gráfico corroboram a compreensão de que a qualidade das interações pedagógicas e o compromisso institucional com a inclusão são determinantes para assegurar não apenas o acesso, mas a continuidade e a conclusão da trajetória educacional.

Principais fatores associados à permanência de estudantes com deficiência.

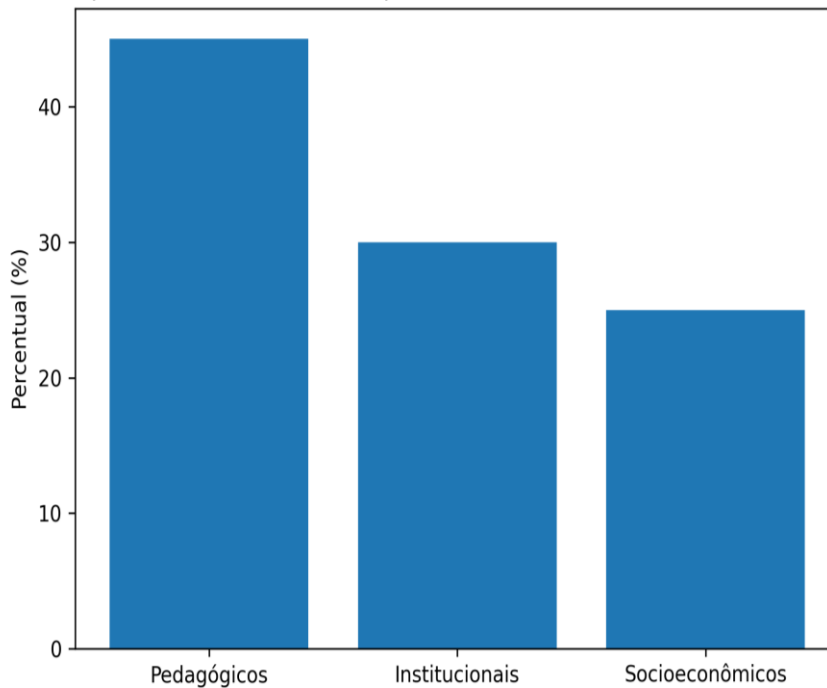


Figura 2 – Principais fatores associados à permanência de estudantes com deficiência. Fonte: Elaboração própria com base em MEC (2008), Mendes (2016) e Oliveira e Souza (2018).

O aumento contínuo das matrículas apresentado na Figura 1 demonstra um movimento consistente de ampliação do acesso de estudantes com deficiência à Educação Profissional e Tecnológica. Entretanto, ao relacionar esses dados com a Figura 2, evidencia-se que esse crescimento não se sustenta apenas pela expansão das vagas. A permanência desses estudantes está fortemente condicionada a fatores pedagógicos, que representam a maior parcela dos elementos associados à evasão. Esse dado desloca o foco da discussão: não basta garantir o ingresso, é imprescindível qualificar as práticas de ensino para atender à diversidade presente nas salas de aula. Nesse sentido, a ampliação da rede, quando não acompanhada de investimentos em formação docente e em estratégias pedagógicas inclusivas, pode resultar em um cenário de ampliação do acesso sem efetiva consolidação da permanência, fragilizando o próprio propósito da inclusão educacional.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite afirmar que a permanência de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) depende menos do acesso formal e mais da consolidação de práticas institucionais efetivas, contínuas e intencionalmente inclusivas. Nesse sentido, evidencia-se que o cumprimento de marcos legais, embora indispensável, não garante, por si só, trajetórias formativas bem-sucedidas. Torna-se necessário avançar para uma lógica de gestão educacional orientada por resultados inclusivos, em que o acolhimento, a participação ativa e a aprendizagem significativa constituam indicadores centrais de qualidade.

Sob a perspectiva das contribuições práticas para a EPT, este estudo reforça que a permanência está diretamente associada à articulação entre diferentes dimensões institucionais. Destacam-se, como estratégias prioritárias: (i) a institucionalização de políticas internas de inclusão com metas, indicadores e monitoramento contínuo; (ii) a ampliação da formação continuada de docentes, com foco em desenho universal para a aprendizagem e práticas pedagógicas acessíveis; (iii) o fortalecimento da atuação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs) — historicamente inspirados nos Núcleos de Integração e Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NIAPs), que emergiram como iniciativas pioneiras de apoio à inclusão na Rede Federal; e (iv) a implementação de sistemas de acompanhamento pedagógico individualizado, capazes de identificar precocemente fatores de risco para evasão.

Do ponto de vista institucional, ressalta-se a importância da construção de pactos internos de corresponsabilidade, envolvendo gestão, docentes, equipes multiprofissionais e estudantes. Esses pactos devem traduzir, no cotidiano escolar, os princípios estabelecidos em marcos internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), que consolidou o paradigma da educação inclusiva ao afirmar o direito de todos à escolarização em ambientes comuns, e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), que reconhece a educação inclusiva como direito humano



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

fundamental. A incorporação desses referenciais não deve ocorrer apenas no plano normativo, mas sobretudo nas práticas pedagógicas, nos currículos e nas formas de avaliação.

Os resultados também permitem reafirmar que a evasão de estudantes com deficiência não pode ser atribuída a limitações individuais, mas à persistência de barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais. Nesse contexto, a permanência deve ser tratada como um compromisso institucional estratégico, exigindo investimentos em acessibilidade arquitetônica, tecnologias assistivas, adaptação curricular e apoio pedagógico especializado. A atuação dos NAPNEs, quando articulada com os setores acadêmicos, mostra-se decisiva para mediar essas ações e promover condições equitativas de aprendizagem.

Como contribuição, este estudo sistematiza um conjunto de diretrizes que podem subsidiar o aprimoramento das políticas institucionais na EPT, destacando a necessidade de integração entre planejamento pedagógico, gestão inclusiva e acompanhamento estudantil. Entretanto, ainda há lacunas importantes na produção científica sobre o tema. Observa-se, por exemplo, a escassez de dados desagregados por tipo de deficiência, curso e área tecnológica, o que limita análises mais precisas sobre permanência e êxito acadêmico. Além disso, são incipientes os estudos que investigam, de forma empírica, a efetividade das práticas inclusivas no cotidiano dos cursos técnicos e superiores da EPT.

Dessa forma, recomenda-se que pesquisas futuras avancem em direções mais específicas e aplicadas, tais como: investigações de campo que analisem a atuação dos NAPNEs em diferentes contextos institucionais; estudos longitudinais sobre trajetórias acadêmicas de estudantes com deficiência na EPT; análises sobre a formação docente voltada à inclusão em áreas tecnológicas; e, especialmente, pesquisas que mapeiem o impacto do AEE em cursos da EPT, nos quais as barreiras instrumentais, laboratoriais e metodológicas tendem a ser mais complexas e demandam soluções pedagógicas inovadoras.



Em síntese, reafirma-se que a EPT possui papel estratégico na promoção da inclusão social e na ampliação das oportunidades de inserção qualificada no mundo do trabalho. Contudo, a efetivação desse potencial requer o fortalecimento de uma cultura institucional comprometida com a equidade, sustentada por políticas públicas consistentes, práticas pedagógicas inclusivas e produção contínua de conhecimento aplicado à realidade educacional.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Brasília, DF: MEC, 2020.

CAST. Universal Design for Learning Guidelines version 2.2. Wakefield: CAST, 2022.

COSTA, A. R.; PEREIRA, T. S. Desenho Universal para a Aprendizagem e práticas pedagógicas inclusivas. Revista Educação Especial, 2023.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. Educação inclusiva e escolarização de alunos com deficiência no Brasil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: pessoas com deficiência e escolarização. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional de Saúde 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Básica 2023: resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 24 mar. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 24 mar. 2026.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica: resultados (2019–2023). Brasília, DF: INEP, 2023.

KUENZER, Acácia Zeneida. Ensino médio e educação profissional: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A educação inclusiva na prática escolar. São Carlos: EDUFSCar, 2016.

MORAN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. Campinas: Papirus, 2015.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; SOUZA, Ângelo Ricardo de. Políticas de permanência e êxito na educação profissional. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

OLIVEIRA, M. C.; SANTOS, D. P. NAPNE e práticas inclusivas na Rede Federal: avanços e limites. Educação em Revista, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York: ONU, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2009.

SEMESP – Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. Mapa do Ensino Superior no Brasil 2023. São Paulo: SEMESP, 2023.

SILVA, L. M.; SOUZA, R. A. Educação inclusiva na educação profissional e tecnológica: desafios contemporâneos. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, 2022.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos et al. Educação inclusiva na educação profissional e tecnológica: desafios e perspectivas. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, Natal, v. 2, n. 23, p. 1–15, 2023.

UNESCO. Guia para assegurar a inclusão e a equidade na educação. Paris: UNESCO, 2017.

ZANIN, Fabiana; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Evasão e permanência escolar na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, Natal, v. 2, n. 23, p. 1–20, 2023.

ZERBATO, Ana Paula; VILARONGA, Carla Ariela Rios; SANTOS, Jéssica Rodrigues. Atendimento educacional especializado nos Institutos Federais: reflexões sobre a atuação do professor de Educação Especial. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, p. 319–336, 2021.